



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA**

PORTARIA Nº. 023 DE 03 DE MARÇO DE 2009

Outorgar a RODOLFO AURÉLIO BORGES DE CAMPOS o direito de uso dos Recursos Hídricos para a captação de água no córrego Sem Nome.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 71, inciso IV, da Constituição Estadual c/c a Lei Complementar nº. 214, de 23 de junho de 2005, que cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), e,

Considerando a Lei Estadual nº. 6.945 de 05 de novembro de 1997, dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO nº 12, de 06 de junho de 2007, que estabelece critérios para emissão de outorga superficial de rios de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa nº 011, de 03 de setembro de 2008, que dispõe sobre os procedimentos referentes à emissão de Outorga de uso de recursos hídricos;

RESOLVE:

Art. 1º Outorgar RODOLFO AURÉLIO BORGES DE CAMPOS, CPF nº 040.782.921-00, doravante denominado Outorgado, o direito de uso dos Recursos Hídricos captação de água no córrego Sem Nome, afluente pela margem esquerda do córrego Serra Azul, bacia do Alto Cuiabá, com a finalidade de geração de energia hidrelétrica de 69 KVA, zona rural do município de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, com as seguintes características:

I - coordenadas geográficas do ponto de captação: 14º29'51,76" de Latitude Sul e 55º43'09,41" de Longitude Oeste;

II - ficam reservadas para geração de energia as vazões naturais afluentes subtraídas das vazões remanescentes;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA

III - as vazões remanescentes (no trecho de vazão reduzida) será de no mínimo **0,0971 m³/s**.

§ 1º O Outorgado deverá efetuar medição de vazão no córrego, nos meses de julho, agosto e setembro de 2009.

§ 2º O Outorgado deverá encaminhar o resultado das medições para a Superintendência de Recursos Hídricos da SEMA/MT até o dia 09/10/2009, acompanhado da ART do responsável técnico pela medição.

Art. 2º A outorga objeto desta Portaria, vigorará até 26 de fevereiro de 2015, podendo ser suspensão parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

- I – descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º;
- II – conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;
- III – incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007;
- IV – indeferimento ou cassação de licença ambiental;

Parágrafo único. Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 3º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

- I – quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; e
- II – quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos recursos hídricos.

Art. 4º O Outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga.

Art. 5º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo Outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA

Art. 6º Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação de requerimento à SEMA, com antecedência mínima de noventa dias do término de sua validade.

Art. 7º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, está sujeito à cobrança, nos termos dos art. 13 e 14 da Lei Estadual nº 6.945, de 05/11/1997.

Art. 8º O Outorgado se sujeita a fiscalização da SEMA, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá, 03 de Março de 2009.

REGISTRADA,
PUBLICADA,
CUMPRADA-SE.

LUIS HENRIQUE CHAVES DALDEGAN
Secretário de Estado do Meio Ambiente
(Original Assinado)

** Publicado no D.O.E no dia 04/03/2009*